

# Boletim Informativo Legislativo

maio/2009

**Colaboração:**  
**Domingos de Torre**  
site: [www.sdas.org.br](http://www.sdas.org.br)

**Ato Declaratório Executivo nº 18, de 28.04.09, da Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (DOU-1, de 04.05.09).**

Altera o Ato Declaratório Executivo Coana nº 19, de 24 de dezembro de 2008, que dispõe sobre os pedidos de retificação de declaração de importação em quantidades iguais ou superiores a cem, ou protocolados por empresas em processo de habilitação ou já habilitadas ao Despacho Aduaneiro Expresso (Linha Azul) e dá outras providências.

**Portaria nº 8, de 06.05.09, da Secretaria de Comércio Exterior (DOU-1, de 07.05.09).**

Dispõe sobre a alteração do art. 38, bem como a substituição do ANEXO “S” da Portaria SECEX nº 25, de 27.11.08, que dispõe sobre a consolidação dos procedimentos aplicáveis às operações de comércio exterior.

**Portaria nº 9, de 06.05.09, da Secretaria de Comércio Exterior (DOU-1, de 07.05.09).**

Dispõe sobre a alteração dos arts. 50, 52, 54, 60-A, 73, 74, 78, 90, 94, 95, 96, 103-A, 103-B, 103-C, 103-D, 125, 134, 153 e 155, sobre a inclusão da Subseção IX à Seção II do Capítulo II, após o art. 103 e sobre a substituição dos Anexos “T” e “U”, da Portaria SECEX nº 25, de 27.11.08, que dispõe sobre a consolidação dos procedimentos aplicáveis às operações de comércio exterior.

**Decreto nº 6.842, de 07.05.09, do Poder Executivo Federal (DOU-1, de 08.05.09).**

Regulamenta a concessão de alíquota zero, até 30 de abril de 2012 ou até que a produção nacional atenda a oitenta por cento do consumo interno, da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de papel.

**Decreto nº 6.843, de 07.05.09, do Poder Executivo Federal (DOU-1, de 08.05.09).**

Altera o art. 3º do Decreto nº 5.652, de 29 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Regime Aduaneiro Especial da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, incidentes na importação de embalagens de que trata a alínea “b” do inciso II do caput do art. 51 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, instituído pelos arts. 52 a 54 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

**Portaria nº 10, de 07.05.09, da Secretaria de Comércio Exterior (DOU-1, de 08.05.09).**

Dispõe sobre a alteração dos arts. 3º e 10, bem como a substituição dos ANEXOS “A” e “B” da Portaria SECEX nº 25, de 27.11.08, que dispõe sobre a consolidação dos procedimentos aplicáveis às operações de comércio exterior.

**Portaria nº 98, de 07.05.09, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (DOU-1, de 11.05.09).**

Dispõe sobre a relação dos produtos e serviços elegíveis para o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), nas modalidades de Equalização e de Financiamento.

**Decreto nº 54.314, de 08.05.09, do Poder Executivo do Estado de São Paulo (DOESP-I, de 09.05.09).**

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

**Portaria nº 121, de 13.05.09, da Secretaria Especial dos Portos (DOU-1, de 14.05.09).**

Dispõe sobre as Diretrizes para a Organização das Guardas Portuárias.

**Ordem de Serviço nº 5, de 12.05.09, da Inspeção da Receita Federal do Brasil em São Paulo (Publicada no Boletim de Serviço BS/GRA/SP nº 20, de 15.05.09).**

Dispõe sobre a instituição da Lista de Verificação do Despacho Aduaneiro, conforme o formulário anexo a este ato, e aplicado nos termos desta Ordem de Serviço.

**Atto Declaratório Executivo nº 69, de 15.05.09, da Receita Federal do Brasil (DOU-1, de 18.05.09).**

Dispõe sobre a adequação da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em decorrência de alterações na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

**Instrução Normativa nº 938, de 15.05.09, da Receita Federal do Brasil (DOU-1, de 18.05.09).**

Altera a Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2005, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação de contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**Resolução nº 26, de 15.05.09, da Câmara de Comércio Exterior (DOU-1, de 18.05.09).**

Dispõe sobre a alteração para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2010, das alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicação e componentes dos Sistemas Integrados (SI), relacionados a este ato, na condição de Ex-tarifários.

**Resolução nº 27, de 15.05.09, da Câmara de Comércio Exterior (DOU-1, de 18.05.09).**

Dispõe sobre a alteração para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2010, das alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os seguintes Bens de Capital, na condição de Ex-tarifários, bem como altera e revoga Ex-tarifários de Resoluções precedentes.

**Resolução nº 1, de 15.05.09, do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (DOU-1, de 19.05.09).**

Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE.

**Resolução nº 2, de 15.05.09, do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (DOU-1, de 19.05.09).**

Estabelece procedimentos para apresentação de Propostas de Criação de Zonas de Processamento de Exportação.

**Resolução CZPE nº 3, de 15.05.09, do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (DOU-1, de 19.05.09).**

Estabelece os requisitos a serem observados pelos proponentes na apresentação dos projetos industriais referentes às Zonas de Processamento de Exportação - ZPE.

**Circular nº 3.454, de 18.05.09, da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil (DOU-1, de 19.05.09).**

Altera o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

**Ato Declaratório Executivo Conjunto nº 2, de 20.05.09, da Coordenação-Geral de Administração Aduaneira e da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (DOU-1, de 22.05.09).**

Dispõe sobre a alteração do Art. 36 de Ato Declaratório Executivo Conjunto Coana/Cotec nº 1, de 13 de maio de 2008, que dispõe sobre especificações, requisitos técnicos e formais e prazos para implantação de sistemas de controle informatizado para industrialização e prestação de serviços nos regimes aduaneiros especiais de Entrepósito Aduaneiro e Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof).

**Lei nº 11.941, de 27.05.09, do Poder Legislativo Federal (DOU-1, de 28.05.09).**

Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de

2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências.